



Relatório da Administração - 2016

No exercício de 2016, a Administração da Companhia adotou todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

Neste contexto, a Companhia deu sequência aos procedimentos de adequação do nível das provisões técnicas e dos critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais.

Em termos patrimoniais e de desempenho, a Companhia encerrou o exercício com Patrimônio Líquido de R\$ 152,5 milhões, Ativos Financeiros de R\$ 293,8 milhões e o Lucro Líquido de R\$ 1,5 milhão.

A COSESP, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, remunerou seus acionistas no ano findo com a importância de R\$ 6,0 milhões a título de juros sobre o capital próprio.

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), 31 de janeiro de 2017

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015			
(Em R\$ mil)			
	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
CIRCULANTE		298.770	291.136
Disponível		8.926	12.482
Caixa e Bancos		726	367
Equivalente de Caixa	5	8.200	12.115
Aplicações	5	285.566	276.984
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		919	996
Prêmios a Receber	6.1	123	116
Operações com Seguradoras	6.4	191	804
Operações com Resseguradoras	6.6	605	76
Outros Créditos Operacionais		3	102
Ativos de Resseguro e Retrocessão	7	293	112
Títulos e Créditos a Receber		2.947	314
Títulos e Créditos a Receber	8.3	293	212
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	2.571	0
Outros Créditos	8.3	83	102
Outros Valores e Bens		116	132
Bens à Venda		99	112
Outros Valores		17	20
Despesas Antecipadas		0	14
Ativo Não Circulante		67.860	81.692
Realizável a Logo Prazo		62.367	76.014
Ativos de Resseguro e Retrocessão	7	9.470	13.025
Títulos e Créditos a Receber		52.897	62.989
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	363	347
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	52.321	62.619
Outros Créditos Operacionais	8.3	213	23
Investimentos		9	4.151
Imóveis Destinados à Renda		4.151	4.188
Imobilizado		10	1.342
Imóveis de Uso Próprio		1.229	1.240
Bens Móveis		113	229
Diferido		11	0
Total do Ativo		366.630	372.828
PASSIVO			
CIRCULANTE		51.405	43.820
Contas a Pagar		7.561	1.290
Obrigações a Pagar	12.1	6.374	282
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	12.2	296	255
Encargos Trabalhistas	12.3	733	638
Impostos e Contribuições	12.4	158	115
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		13	180
Prêmios a Restituir		10	9
Operações com Resseguradoras		112	0
Outros Débitos Operacionais		58	18
Provisões Técnicas - Seguros		14	43.664
Danos		5.896	5.578
Pessoas		37.768	36.925
Passivo Não Circulante		162.719	172.045
Contas a Pagar		182	364
Tributos Diferidos	15	182	364
Provisões Técnicas - Seguros		14	123.433
Danos		50.001	55.133
Pessoas		73.432	81.984
Outros Débitos		16	39.104
Provisões Judiciais		39.104	34.564
Patrimônio Líquido		18	152.506
Capital Social		120.000	120.000
Reservas de Lucros		32.620	37.077
(-) Ações em Tesouraria		(114)	(114)
Total do Passivo		366.630	372.828

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultado			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015			
(Em R\$ mil, exceto o Lucro / Prejuízo Líquido por Ação)			
	Nota Explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios Emitidos		19	2.123
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		20	1.442
Prêmios Ganhos		21	3.565
Sinistros Ocorridos		21	(8.314)
Custos de Aquisição		(41)	(42)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		22	(3.318)
Resultado com Resseguro		23	145
Despesas Administrativas		24	(10.173)
Despesas com Tributos		25	(1.946)
Resultado Financeiro		26	19.454
Resultado Patrimonial		27	2.239
Resultado Operacional		1.611	(5.341)
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes		191	257
Resultado Antes dos Impostos e Participações		1.802	(5.084)
Imposto de Renda	29	(32)	126
Contribuição Social	29	(76)	76
Participações sobre o Lucro		(151)	(69)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		1.543	(4.951)
Quantidade de Ações (ote de 1.000 ações)		120.000	120.000
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício por Ação (Lote de 1.000 Ações) - R\$		12,86	(41,26)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			

Demonstrações de Resultado Abrangente			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em R\$ mil)			
		31/12/2016	31/12/2015
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		1.543	(4.951)
Total do Lucro/Prejuízo Abrangente do Exercício		1.543	(4.951)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Em R\$ mil)			
		31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		1.543	(4.951)
Ajustes para:			
Depreciações e Amortizações		185	799
Outros Ajustes		0	7
Variações nas Contas Patrimoniais:			
Aplicações Financeiras		(8.582)	8.327
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		175	949
Ativos de Resseguros		3.374	(1.599)
Créditos Tributários e Previdenciários		(2.587)	20
Depósitos Judiciais e Fiscais		10.298	10.381
Despesas Antecipadas		14	(4)
Outros Ativos		(235)	133
Contas a Pagar		6.089	(41)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		153	(344)
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros		(12.523)	(15.575)
Provisões Judiciais		4.540	1.830
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais		2.444	(68)
Atividades de Investimento			
Imobilizado		0	(24)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento		0	(24)
Atividades de Financiamento			
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		(6.000)	0
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento		(6.000)	0
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		(3.556)	(92)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício		12.482	12.574
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício		8.926	12.482
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa		(3.556)	(92)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015			
(Em R\$ mil)			
1. Contexto operacional			
A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "COSESP") é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.			
Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.			
Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de super, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.			
Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores.			
Em 08 de janeiro de 2015, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária.			
A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequente extinção.			
Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2017.			
2. Critérios de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras			
As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP.			
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.			
Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.			
2.1 Moeda funcional e de apresentação			
A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$).			
2.2 Estimativas e julgamentos			
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As Notas Explicativas 3.1 - Contratos de seguros; 3.3 - Instrumentos financeiros; e 5 - Aplicações financeiras e equivalente de caixa; 8.1 - Créditos tributários e previdenciários; 14 - Provisões técnicas - Seguros e 16 - Outros Débitos - Provisões Judiciais - incluem: (i) informações sobre julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.			
3. Resumo das principais políticas contábeis			
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão assim definidas:			
3.1 Contratos de seguros			
Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a reativação das apólices vem sendo efetuada por determinação judicial, sendo os riscos emitidos caracterizados como contratos de seguros.			
3.2 Caixa e equivalente de caixa			
Incluem o saldo em caixa, os depósitos bancários e os investimentos financeiros com vencimentos originais de três meses ou menos a partir da data da transação, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e não são vinculados à cobertura de provisões técnicas, utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.			
3.3 Instrumentos financeiros			
A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.			
i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.			
Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante independentemente do vencimento dos títulos. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações na mensuração ao valor justo dos respectivos ativos são registrados e apresentados na demonstração do resultado do exercício em que ocorrerem.			
ii) Empréstimos e recebíveis			
Empréstimos e recebíveis compreendem ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os créditos das operações de seguros, resseguros e outros recebíveis. O critério para constituição para perda ao valor recuperável dos prêmios de seguros é de 60 dias de atraso.			
iii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros			
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou a ausência de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do período correspondente.			
Para os prêmios de seguros, uma provisão ao valor recuperável é constituída para os prêmios vencidos e não recebidos após 60 dias.			
iv) Valor justo dos ativos financeiros			
As quotas do fundo exclusivo, lastreado em papéis do tesouro nacional, são valorizadas pelo valor da quota informado pelo administrador do fundo na data de encerramento do balanço que tem seu valor justo apurado a partir das tabelas de referência divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.			
3.4 Créditos Tributários e previdenciários			
Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda (IRPJ) e de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras, observando os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.			
3.5 Ativos de resseguros			
Os ativos de resseguros compreendem, substancialmente, as parcelas correspondentes às indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto ao IRB-Brasil Re.			
Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro é constituída quando houver evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável, para os créditos não recebidos após 180 dias. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço.			
3.6 Ativos não circulantes			
i) Investimentos			
É composto, substancialmente, por imóveis destinados à renda, e foram registrados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, que é apurada de acordo com a vida útil (24 anos) remanescente dos imóveis.			
ii) Imobilizado			
O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear.			
As taxas anuais utilizadas para cálculo da depreciação são as seguintes: 4,17% para Imóveis de uso, apurada de acordo com a vida útil (24 anos) remanescente; 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para equipamentos de informática e veículos.			
iii) Ativo Diferido			
O ativo diferido está demonstrado ao custo e a amortização é calculada pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de 10 anos. A taxa anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%. A amortização é calculada sobre o custo do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear.			
3.7 Provisões técnicas			
i) Provisão de prêmios não ganhos - PPNG			
É calculada em base "pro-rata" dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.			

O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2016 apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

3.9 Passivos financeiros

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) Passivos contingentes (ações judiciais não relacionadas a sinistros)

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.11 Patrimônio Líquido

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gerenciamento de risco

4.1 Risco de subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados.

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscreve riscos em função de decisões judiciais e, consequentemente, à medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

4.2 Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal.

A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado vis-à-vis as competências necessárias.

A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

4.3 Risco de Crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos.

O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº 60.244, de 14 de março de 2014, que determina que a COSESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma, a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BB-" pela Agência Fitch.

4.4 Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia.

O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do VaR (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2016	293.807	1	0,0003%
Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2015	288.923	4	0,0014%

4.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos.

Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	31/12/2016			
	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.926	-	-	8.926
Aplicações	285.566	-	-	285.566
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	-	52.321	52.321
Total dos Ativos Financeiros (1)	294.492	-	52.321	346.813
Contas a Pagar	725	6.836	-	7.561
Débitos de Operações com Seguros	180	-	-	180
Provisões Técnicas de Seguros	43.664	-	123.433	167.097
Provisões Judiciais	-	-	39.104	39.104
Total dos Passivos (2)	44.569	6.836	162.537	213.942
Total (1 - 2)	249.923	(6.836)	(110.216)	132.871

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	31/12/2015			
	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.482	-	-	12.482
Aplicações	276.771	-	213	276.984
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	-	62.619	62.619
Total dos Ativos Financeiros (1)	289.253	-	62.832	352.085
Contas a Pagar	282	1.008	-	1.290
Débitos de Operações com Seguros	42	-	-	27
Provisões Técnicas de Seguros	25.503	-	137.117	179.620
Provisões Judiciais	-	-	34.564	34.564
Total dos Passivos (2)	42.812	1.008	171.681	215.501
Total (1 - 2)	246.441	(1.008)	(108.849)	136.584

4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido - Adequação de Capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015, o Capital Adicional pertinente ao risco de mercado, será efetivamente exigido no montante de 50% entre 31/12/2016 e 30/12/2017 e o Capital Adicional remanescente de 50% será exigido a partir de 31/12/2017, porém a Seguradora já apurou e considerou 100% do

Capital Adicional de risco de mercado, juntamente com os demais capitais de risco de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
(+) Patrimônio Líquido	152.506	156.963
(-) Despesas Antecipadas	-	14
(-) Ativo Diferido	-	21
(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	152.506	156.928
Margem de Solvência (I)	4.087	6.820
Capital-base (II)	15.000	15.000
(+) Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.119	1.160
(+) Capital Adicional de Risco de Crédito	7.651	6.800
(+) Capital Adicional de Risco de Mercado	6.798	-
(+) Capital Adicional de Risco Operacional	325	347
(-) Deflator em Função da Correlação entre os Riscos	(3.552)	(512)
Capital Adicional (III)	12.341	7.795
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre II e III	15.000	15.000
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	137.506	141.928

4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

i) Adequação de Passivo

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2016	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	+1,0%	98	98
Taxa de Juros	-1,0%	(124)	(124)

ii) Investimentos

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2016	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	+1,0%	2.795	2.795
Taxa de Juros	-1,0%	(2.794)	(2.794)

iii) Sinistros

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.

Fator de Risco	Sensibilidade	Impactos em 31/12/2016	
		Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	+10,0%	(964)	(964)
Redução dos Sinistros Retidos	-10,0%	993	993

5. Aplicações financeiras e equivalente de caixa

5.1 Composição das aplicações financeiras por títulos e prazos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio do resultado estão apresentados no Ativo Circulante.

Títulos	Em até 1 Ano	Acima de 1 Ano	31/12/2016	
			Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	260.023	33.743	293.766	293.817
LFT	20.759	33.743	54.502	54.553
Operações Compromissadas (1)	239.305	0	239.305	239.305
Tesouraria e Contas a Pagar	(41)	0	(41)	(41)
Total	260.023	33.743	293.766	293.817

Títulos	Em até 1 Ano	Acima de 1 Ano	31/12/2015	
			Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	240.719	48.167	288.886	288.922
LFT	-	48.167	48.167	48.200
LTN	14.992	0	14.992	14.995
Operações Compromissadas (1)	225.765	0	225.765	225.765
Tesouraria e Contas a Pagar	(38)	0	(38)	(38)
Outras Aplicações (2)	213	0	213	213
Total	240.932	48.167	289.099	289.135

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.
(2) Fundos retidos do IRB.

5.2 Hierarquia do Valor Justo dos Ativos Financeiros

i) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
ii) Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
iii) Nível 3 - Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao Resultado e Equivalente de Caixa	do Resultado	31/12/2016		31/12/2015	
		Nível 2	Nível 3	Nível 2	Nível 3
Fundos de Investimentos - Exclusivo	-	293.766	-	288.886	-
Outras Aplicações	-	-	213	-	213
Total	-	293.766	213	288.886	213

5.3 Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa - Movimentação

Título	Saldo em 31/12/2015		Alienações/Reclassificações		Resultado Financeiro		Saldo em 31/12/2016	
	31/12/2015	Aquisições	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016
Quotas de Fundos de Investimentos	288.886	0	(32.759)	37.639	293.766	-	293.766	-
Outras Aplicações	213	0	(213)	0	0	0	0	0
Total	289.099	0	(32.972)	37.639	293.766	0	293.766	0

Título	Saldo em 31/12/2014		Alienações/Reclassificações		Resultado Financeiro		Saldo em 31/12/2015	
	31/12/2014	Aquisições	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015
Quotas de Fundos de Investimentos	297.514	1.600	(46.161)	35.933	288.886	-	288.886	-
Outras Aplicações	213	0	0	0	213	-	213	-
Total	297.727	1.600	(46.161)	35.933	289.099	-	289.099	-

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Valores a Receber	Provisão para Risco de Crédito	Prêmios Líquido	Valores a Receber	Provisão para Risco de Crédito	Prêmios Líquido
Vida em Grupo	233	(111)	122	196	(80)	116
Outros	1	0	1	0	0	0
Total - Circulante	234	(111)	123	196	(80)	116

6.2 Prêmios a receber por vencimento

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Valores a Receber	Provisão para Risco de Crédito	Prêmios Líquido	Valores a Receber	Provisão para Risco de Crédito	Prêmios Líquido
De 01 a 30 Dias	115	0	115	100	0	100
De 31 a 365 Dias	2	0	2	8	0	8
Superior a 365 Dias	0	0	0	3	0	3
Total de Prêmios a Vencer (I)	117	0	117	111	0	111
De 01 a 30 Dias	3	0	3	3	0	3
De 31 a 365 Dias	33	(30)	3	51	(49)	2
Superior a 365 Dias	81	(81)	0	31	(31)	0
Total de Prêmios Vencidos (II)	117	(111)	6	85	(80)	5
Total de Prêmios a Receber (I+II)	234	(111)	123	196	(80)	116

6.3 Movimentação dos prêmios a receber

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Saldo Inicial	Prêmios emitidos	Prêmios recebidos/baixados	Saldo Inicial	Prêmios emitidos	Prêmios recebidos/baixados
Saldo inicial	116	163	116	116	163	116
Prêmios emitidos	-	2.178	2.021	-	2.178	2.021
Prêmios recebidos/baixados	-	(2.098)	(2.514)	-	(2.098)	(2.514)
Prêmios cancelados	-	(42)	(49)	-	(42)	(49)
Constituição da provisão para perda	-	(31)	495	-	(31)	495
Prêmios a receber	116	(80)	123	116	(80)	116

6.4 Operações com Seguradoras

Descrição	31/12/		
-----------	--------	--	--

12. Contas a Pagar		
12.1 Obrigações a Pagar		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Pagamentos a Efetuar Diversos	235	214
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	5.953	-
Honorários/Participações nos Lucros	186	68
Total	6.374	282

12.2 Impostos e Encargos Sociais a Recolher		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IOP a Recolher, IRRF Retido na Fonte, Imposto sobre Serviços - ISS, Contribuição Previdenciária e FGTS	296	255
Total	296	255

12.3 Encargos Trabalhistas		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Férias a Pagar	548	477
Encargos Sociais	185	161
Total	733	638

12.4 Imposto e Contribuições		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
PIS/COFINS sobre Faturamento	158	115
Total	158	115

13. Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios a Restituir	10	9
Operações com Resseguradoras	112	0
Outros	58	18
Total	180	27

14. Provisões Técnicas - Seguros

14.1 Movimentação das Provisões Técnicas

Descrição	31/12/2016					
	Saldo Inicial	Consti-tuições	Ajustes de Estimativas	Paga-mentos	Atuali-zações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	147.494	6.418	(1.427)	(24.223)	8.286	136.548
Provisão de Despesas						
Relacionadas - PDR	11.343	1.973	(2.743)	0	0	10.573
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente						
Avisados - IBNER	13.817	275	(1.533)	0	0	12.559
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.387	178	(1.639)	0	0	2.926
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.511	1.892	0	0	0	4.403
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	68	945	(925)	0	0	88
Total	179.620	11.681	(8.267)	(24.223)	8.286	167.097
Descrição	31/12/2015					
	Saldo Inicial	Consti-tuições	Ajustes de Estimativas	Paga-mentos	Atuali-zações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	164.016	4.733	(4.085)	(36.613)	19.443	147.494
Provisão de Despesas						
Relacionadas - PDR	12.535	1.213	(2.405)	0	0	11.343
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente						
Avisados - IBNER	11.583	2.362	(128)	0	0	13.817
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.533	711	(857)	0	0	4.387
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.466	124	(79)	0	0	2.511
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	62	766	(760)	0	0	68
Total	195.195	9.909	(8.314)	(36.613)	19.443	179.620

14.5 Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Data do Aviso	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
No Final do Ano da Divulgação	251.958	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.397	4.048	4.559	6.987	314.385
1 ano Depois	5.515	(1.903)	(1.182)	(207)	(514)	245	665	61	(89)		2.591
2 anos Depois	38.014	703	375	85	361	215	562	(26)			40.289
3 anos Depois	42.217	555	100	328	259	63	204				43.726
4 anos Depois	27.685	1.312	276	176	448	273					30.170
5 anos Depois	26.022	1.109	450	232	359						28.172
6 anos Depois	30.745	1.595	355	806							33.501
7 anos Depois	18.847	178	696								19.721
8 anos Depois	13.803	(291)									13.512
9 anos Depois	4.749										4.749
Sinistros Acumulados	459.555	23.638	8.697	6.963	5.668	4.927	5.828	4.083	4.470	6.987	530.816
Pagamentos Acumulados	(363.615)	(18.755)	(4.860)	(2.401)	(1.618)	(1.277)	(1.688)	(1.037)	(400)	(226)	(395.877)
Provisão de Sinistro a Liquidar	95.940	4.883	3.837	4.562	4.050	3.650	4.140	3.046	4.070	6.761	134.939
PSL Retrocessão - IRB										1.609	1.609
Total da Provisão de Sinistro a Liquidar	95.940	4.883	3.837	4.562	4.050	3.650	4.140	3.046	4.070	8.370	136.548

14.6 Garantia das Provisões Técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Sinistros a Liquidar	136.548	147.494
Provisão de Despesas Relacionadas	10.573	11.343
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados	12.559	13.817
Provisão Complementar de Cobertura	2.926	4.387
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	4.403	2.511
Provisão de Prêmios não Ganhos	88	68
Total de Provisões Técnicas	167.097	179.620
(-) Ativos Redutores - Operações com Resseguradoras	(9.763)	(13.137)
Total a ser coberto	157.334	166.483
Quotas de Fundos de Investimentos	285.566	276.771
Garantias das Provisões Técnicas	285.566	276.771
Suficiência	128.232	110.288

15. Tributos Diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a reavaliação capitalizada totalizam R\$ 182 (R\$ 364 em 31/12/2015).

16. Outros Débitos - Provisões Judiciais

Os valores contabilizados são baseados nas estimativas elaboradas pelos advogados de forma individual, levando em conta a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e posicionamento dos Tribunais.

16.1 Provisões Fiscais

INSS

Refere-se à autuação fiscal procedida pelo INSS, sob a alegação de não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre valores pagos em direito a título de vale-transporte, conforme Processo do INSS NFLD-DECAD 35.435.224-5 de 15/03/2002. Para garantia da demanda, a Companhia possui depósito judicial atualizado no montante de R\$ 1.151 (R\$ 1.095 em 31/12/2015). Para a demanda em questão a Companhia obteve decisão parcialmente favorável.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Fiscais	898	874
Total	898	874

16.2 Provisões Trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcança R\$ 2.621 (R\$ 4.289 em 31/12/2015).

Chances de Ocorrência	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisio-nado	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisio-nado
Provável	12	2.621	2.621	15	4.289	4.289
Total	12	2.621	2.621	15	4.289	4.289

14.2 Composição das provisões técnicas líquida de resseguro

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	136.548	127.069	147.494	134.459
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	10.573	10.573	11.343	11.343
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	12.559	12.559	13.817	13.817
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	2.926	2.926	4.387	4.387
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	4.403	4.119	2.511	2.409
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	88	88	68	68
Total	167.097	157.334	179.620	166.483
Circulante	43.664	43.371	42.503	42.391
Não circulante	123.433	113.963	137.117	124.092

14.3 Provisão de Sinistros a Liquidar - Circulante

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	21.670	21.660	18.746	18.738
Sinistros Avisados	6.383	6.382	4.557	4.550
Ajustes de Estimativas	(3.469)	(3.542)	(940)	(968)
Pagamentos	(998)	(923)	(693)	(660)
Provisão de Sinistro a Liquidar	23.586	23.577	21.670	21.660

14.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - Não Circulante

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	125.824	112.799	145.270	133.842
Novas Constituições no Período	35	35	176	176
Baixa da Provisão por Êxito	(1.791)	(1.739)	(1.593)	(911)
Alteração da Provisão por Alteração de Estimativas ou Probabilidade	3.833	4.077	(1.553)	(2.227)
Total pago no Período	(23.225)	(22.452)	(35.919)	(35.792)
Atualização monetária e Juros	8.286	10.772	19.443	17.711
Provisão de Sinistro a Liquidar	112.962	103.492	125.824	112.799

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 112.962 (R\$ 125.824 em 31/12/2015), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% a.m. até dez/2002 e 1% a.m. a partir de jan/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*
Provável	635	92.022	92.022	727	95.826	95.826
Provável	389	53.882	27.590	610	77.736	38.721
Remota	262	50.007	-	390	58.271	-
Total	1.286	195.911	119.612	1.727	231.833	134.547

* Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 6.650 (R\$ 8.722 em 31/12/2015).

16.3 Provisões Cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 35.585 (R\$ 29.401 em 31/12/2015).

Chances de Ocorrência	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado
Provável	156	35.585	35.585	142	29.401	29.401
Total	156	35.585	35.585	142	29.401	29.401

16.4 Movimentação das Provisões Judiciais

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	874	4.289	29.401	34.564
Constituição	0	97	8.356	8.453
Reversão/Baixa	0	(107)	(5.009)	(5.116)
Pagamentos	0	(1.760)	(9.230)	(10.990)
Atualização Monetária e Juros	24	102	12.067	12.193
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	898	2.621	35.585	39.104

17. Ativos e Passivos Contingentes

Auto de Infração

Em 1984, a Companhia foi autuada em imposto de renda, relativo à glosa de comissões sobre os seguros/objetos do Decreto Estadual nº 50.890/1968 (Fundo Rural), cujo valor monta R\$ 5.326. Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado totaliza R\$ 13.640 (R\$ 12.736 em 31/12/2015). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é possível.

PIS e COFINS

Em 1999, a Companhia impetrou ações judiciais nas quais questionava a legalidade da majoração da base de cálculo daqueles tributos, introduzidas pela Lei nº 9.718/1998. Estas ações judiciais foram transitadas em julgado com decisão favorável à Companhia. Com o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, pleiteado nas ações judiciais, a Companhia apresentou pedidos de habilitação dos referidos créditos tributários dos exercícios de 1999 a junho de 2009 junto a Receita Federal do Brasil - RFB.

18. Patrimônio Líquido

i) Capital Social

Constituído por 120.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

ii) Reserva de Lucro

Constituída de acordo com o Estatuto Social, após considerar os dividendos obrigatórios, a reserva legal e os juros sobre o capital.

iii) Ações em Tesouraria

Aquisição de 67.644 ações ordinárias nominativas, pelo valor patrimonial, para manter em Tesouraria, sem redução do Capital Social, conforme Parecer CODEC nº 021/2003 e Processo S.F. nº 002-262990/1999.

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da (Sociedade) é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da (Sociedade) são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



at|service
atuarial

AT Service Eng. e Consultoria Atuarial Ltda.

CNPJ/MF: 71.588.495/0001-60

CIBA nº 080

São Paulo, 24 de janeiro de 2017

Magali Rodrigues Zeller

MIBA nº 687

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. Em 08 de janeiro de 2015, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme detalhado nas notas explicativas nº 3.7 (ii) e nº 3.8, a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. Esta provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2016 apresentou insuficiência de R\$ 2.926 mil, que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017



UHY MOREIRA - AUDITORES

CRC 2 RS 3717 S SP

HERALDO S. S. DE BARCELLOS

Contador - CRC 1 RS 11609 S SP

CNAI nº 43 - Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, à vista do Parecer dos Auditores Atuariais AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda., elaborado de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e do Relatório dos Auditores UHY Moreira - Auditores, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício de 2016, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 31 de janeiro de 2017

Maria Constança Figueiredo
Rosilene Aparecida Cheron Gentile

Alexandre Artur Perroni
Nelson Okamura



COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

COSESP
seguros